

Traços históricos e culturais da Educação Física e sua relação com a reconfiguração do Ensino Médio

Historical and cultural constitutive traits of Physical Education and its relationship with the reconfiguration of High School

Daniele Gonçalves Lisboa Gross¹, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida²

RESUMO: Este estudo aborda uma discussão voltada à constituição histórica e cultural da Educação Física (EF), como componente curricular obrigatório na Educação Básica e sua relação com a reconfiguração do Ensino Médio (EM). O objetivo primeiro foi analisar e apreender a reconfiguração do EM, na atual legislação e nos atuais documentos norteadores, a fim de compreender o impacto dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da Educação Física no âmbito escolar. Trata-se de Pesquisa Bibliográfica em conjunto com uma análise documental, composta por uma discussão baseada nos principais achados: educação moral, métodos ginásticos; esportivismo; concepções para o ensino da EF; obrigatoriedade e não obrigatoriedade no currículo. Acredita-se que os documentos que norteiam o Novo Ensino Médio (NEM) não sofreram impactos diretos dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da Educação Física. Sob observação rigorosa, pode-se afirmar que os traços históricos da EF foram importantes para a constituição do campo, todavia, o que se adotou da história para os dias atuais, ou seja, o que pode ter impactado na perspectiva do NEM está na relação de trabalho, que, embora os anos passem e as transformações sociais e culturais aconteçam gradativamente, o mercado de trabalho, a mão de obra, a luta de classes e as condições da mulher, por exemplo, continuam nas lutas e sendo pautas diárias.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação Física; Educação Física; Novo Ensino Médio.

ABSTRACT: This study addresses a discussion focused on the historical and cultural constitution of Physical Education (PE), as a mandatory curricular component in Basic Education and its relationship with the reconfiguration of Secondary Education (EM). The first objective was to analyze and apprehend the EM reconfiguration, in the current legislation and in the current guiding documents, to understand the impact of the historical and cultural constitutive traits of the field of Physical Education in the school environment. It is a Bibliographical Research together with a documentary analysis, composed by a discussion based on the main findings: moral education, gymnastic methods; sportsmanship; conceptions for PE teaching; mandatory and non-mandatory in the curriculum. It is believed that the documents that guide the New Secondary School (NEM) did not suffer direct impacts from the historical and cultural constitutive traits of the field of Physical Education. Under strict observation, it can be said that the historical traits of PE were important for the constitution of the field, however, what was adopted from history for the present day, that is, what may have had an impact on the NEM perspective, is in the work relationship, that, although the years go by and social and cultural transformations happen gradually, the labor market, the

¹Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestre em Educação, <https://orcid.org/0000-0002-8659-6161>, E-mail: danielegross.ef@gmail.com.

² Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Pós-doutora em Educação, Professora Orientadora, <https://orcid.org/0000-0003-2220-9932>, E-mail: zeneide.cma@gmail.com

workforce, the class struggle and the conditions of women, for example, continue in the fights and are guidelines daily.

KEYWORDS: History of Physical Education; Physical education; New High School.

INTRODUÇÃO

A Educação Física em sua trajetória histórica construiu inúmeras características que foram sendo reconfiguradas e atualizadas a partir das normas vigentes, das legislações da educação e por meio da influência política e econômica do Brasil e de outros países. Pode-se dizer que a sua constituição foi inspirada nas propostas de ginástica alemã, francesa e sueca, corroborando com a sociedade e cultura de cada período, delimitando neste estudo dos períodos históricos: Brasil Colônia, Império, República, Contemporâneo e Atual².

Nesse sentido, pode-se completar que a educação como um todo teve seus entraves voltados, consideravelmente, ao que foi imposto por meio de leis e normas. Na sua história, muitos estudiosos e defensores de uma educação para todos e igualitária foram em busca de atualizações e transformações que pudessem valorizar o processo de escolarização nos diferentes níveis de ensino e para as diferentes faixas etárias, tanto no processo formativo de profissionais capacitados para a atuação nas escolas, como em um espaço escolar que foi suficientemente apropriado para receber os alunos e proporcionar um ensino de qualidade.

Todavia, o EM se apresenta como uma etapa da escolaridade básica, e tem como finalidade básica o desenvolvimento de jovens e adultos a partir do aprofundamento e da sistematização dos conhecimentos e cada vez mais a sua proposta tem sido voltada à preparação do educando ao mercado de trabalho, ao profissionalismo do indivíduo e à formação para a cidadania. Nesse sentido, a aprendizagem, nessa etapa, deve “permitir que os educandos sejam capazes de compreender que há propriedade e princípios que perpassam e são inerentes à realidade natural e sociocultural, de forma a forjar uma perspectiva científica e crítica de mundo” (CORREIA, 2011, p. 55).

Na EF não é diferente, tendo em vista que seus desdobramentos fazem parte desse processo de educação do cidadão, isso em virtude, da sua obrigatoriedade na escola, do número de aulas semanais, dos seus objetivos referenciados em lei etc. Comprovadamente, nota-se sua presença no Art. 26 da LDB (1996), que a cita como componente curricular obrigatório da educação básica,

² A descrição da Educação Física Escolar em cada período foi apresentada detalhadamente em: GROSS, D. G. L. *História e memória dos professores de Educação Física do Ensino Médio de Gurupi-TO e sua relação com as práticas pedagógicas atuais*. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás, Goiânia-GO, 2023.

desenvolvendo-se de acordo com as faixas etárias da educação e às propostas pedagógicas da escola (MELO, 2007).

Mesmo diante desse cenário legal, a EF tem sido deslembada nos currículos escolares, já que a cada reformulação seu espaço vem diminuindo, em virtude dos anseios para atender as necessidades do educando no mundo moderno e globalizado que se vive, o que no EM, torna-se ainda mais grave, tendo em vista o grande anseio pelo alcance de bons resultados nos vestibulares e o satisfatório ingresso no mercado de trabalho.

Partindo do pressuposto, o professor de EF deve desdobrar-se para encontrar novas formas de desenvolver suas práticas, lembrando de a todo custo integrar-se com o trabalho desenvolvido na escola, buscando o reconhecimento da área e mostrando a seriedade e o compromisso dela, como qualquer outro componente curricular. De acordo com Correia (2011, p. 55), a EF “deve se justificar e se legitimar no contexto educacional, a partir de uma intervenção consciente dos seus profissionais”.

Debruçando nas leituras da constituição da EF, na legislação que atualmente rege a educação no Brasil e nas grandes nuances que o EM tem sido alvo nos últimos anos, surgem algumas inquietações no sentido de entender se os documentos que norteiam o NEM sofreram impactos dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da EF. E, ainda, quais são os traços constitutivos da história da EF que impactaram a reconfiguração do NEM?

Tendo em vista, o cenário por ora descrito, este estudo busca, objetivamente, analisar e apreender a reconfiguração do EM na atual legislação e nos atuais documentos norteadores, a fim de compreender o impacto dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da EF no âmbito escolar. Além de utilizar-se da constituição histórica do campo da EF desde sua inserção no EM no Brasil a fim de identificar os traços históricos e culturais do campo, a relação com a reconfiguração do NEM e; caracterizar a EF no EM na reconfiguração atual.

Para atingir tais objetivos, realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo Bibliográfica em conjunto com uma análise documental, aprofundando nos descritores a História da Educação Física e o Novo Ensino Médio. Para a construção histórica e cultural baseou-se, principalmente, nos escritos históricos da área e de estudos que trouxeram a especificidade das reformas do Ensino Médio no recorte temporal de 2017-2021³. Concomitantemente, utilizou-se para a análise documental as Leis 9.394/1996 e 13.415/2017, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018), a Base Nacional Comum Curricular (2017), e outros documentos legais que regem a Educação Básica Brasileira.

³ Utilizou-se do referido recorte temporal, em virtude da versão da BNCC publicada para o Ensino Médio, a partir de 2017, assim como os demais documentos que regem a nova reformulação do Ensino Médio.

A análise desses dados se deu sistematicamente, tomando como base a Análise de Conteúdo proposta por Franco (2005), em que os objetivos propostos pela pesquisa são respondidos através de unidades de análise. Com o propósito de aprofundar nos períodos predeterminados dos escritos supracitados e na busca por traços históricos e culturais da Educação Física, optou-se por utilizar da unidade de registro do tipo tema, em que se faz asserção sobre determinado assunto e; do tipo item, em que se utiliza do texto, do artigo literário, do livro ou de um programa de rádio, para caracterizar alguns atributos definidores (FRANCO, 2005).

Nesse sentido, e a partir do delineamento sugerido por Franco (2005), organizou-se a análise em dois momentos: 1) a pré-análise, fase que corresponde às buscas iniciais e possui três incumbências, sendo elas: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e/ou dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (FRANCO, 2005, p. 47); 2) a definição das categorias, momento de classificação de elementos constitutivos de um conjunto e posterior reagrupamento baseado em afinidades.

O CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Para consolidação de uma Educação Física pautada nas esferas que se encontram atualmente, como componente curricular e na inserção concreta de profissionais capacitados para a sala de aula, se institui em maio de 2015 uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foi promulgada perante as demandas advindas da Constituição Federal (1988), da LDB (1996), do PCN (1997-1998), das metas do Plano Nacional de Educação - PNE em vigência desde 2014 e, das diversas Conferências Nacionais de Educação. Em 2016, institui-se a 2ª versão da BNCC em 20 de dezembro de 2017, homologa-se a 3ª versão da BNCC e, em 14 de dezembro de 2018, o Ministro da Educação Rossieli Soares homologou a versão final da BNCC para o EM (SANTOS FILHO; BARROSO; SAMPAIO, 2021).

Inicialmente, cabe ressaltar que o EM somente foi constituído como o é atualmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, isso porque ela estruturou a Educação Básica como segue: Educação Infantil (pré-escola), Ensino Fundamental (1ª a 8ª série) e Ensino Médio (antigo 2º grau). A Educação Física também é reiterada como componente curricular a partir da mesma LDB de 1996, “recebendo uma orientação metodológica pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para uma inserção articulada do ponto de vista de uma política educacional nacional” (CORREIA, 2011, p. 28).

A LDB, desde 1996, propõe que os currículos da educação básica, assim como do EM, devem ter base nacional comum, composta por uma parte diversificada que contemple as questões pertinentes às características regionais e locais da sociedade, assim como a cultura e a economia dos

educandos. Concomitantemente, o Art. 26 cita a EF como integrada à proposta pedagógica da escola, confirmando-a como componente curricular obrigatório nesta etapa de ensino, embora seja facultativo em alguns casos. No Art. 27 deixa claro que nos conteúdos curriculares da educação básica deve se inserir a “promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais” (BRASIL, 2016, p. 21).

No que tange à especificidade do EM, a LDB considera que o mesmo deve se dar em 3 anos e com a finalidade de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores, a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, o aprimoramento do educando como pessoa humana frente à formação ética, à autonomia intelectual e o pensamento crítico, e a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, o que relaciona a teoria com a prática (BRASIL, 2016).

Foi a partir da aprovação da Lei nº13.415 de 16/02/2017 (BRASIL, 2017), a homologação da BNCC do EM (BRASIL, 2018) e as novas DCNEM (BRASIL, 2018a) que o NEM surgiu (BELTRÃO; TAFFAREL; TEIXEIRA, 2020). Enquanto na LDB o EM se consolidaria em uma proposta única de currículo, a Lei 13.415/2017 altera o estabelecido na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e considera agora um currículo diversificado e flexível.

Nesse sentido, a EF apresentou-se na então promulgada BNCC como componente curricular inserida na área de Linguagens, juntamente com Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Arte. Na BNCC – 3ª versão – que apresenta considerações específicas para o EM, nota-se uma organização diferente ao que se trata das áreas e suas delimitações, propõe a continuidade do ensino fundamental sem a presença de unidades temáticas e dimensões do conhecimento, para a EF o objetivo principal ainda é a cultura corporal do movimento, porém em uma linguagem e perspectiva diferente (BRASIL, 2018).

Na BNCC para o Ensino Médio, a abordagem integrada da cultura corporal de movimento na área de Linguagens e suas Tecnologias aprofunda e amplia o trabalho realizado no Ensino Fundamental, criando oportunidades para que os estudantes compreendam as inter-relações entre as representações e os saberes vinculados às práticas corporais, em diálogo constante com o patrimônio cultural e as diferentes esferas/campos de atividade humana (BRASIL, 2018, p. 475).

Embora fique evidente que a EF está inserida no EM a partir de uma perspectiva de continuidade do que se aplicou no Ensino Fundamental, há de considerar que as formas como o componente curricular tem se desdobrado para as transformações advindas do NEM, talvez não atendam ao que se propõe, uma vez que é preciso ter espaço e tempo para que as práticas pedagógicas aconteçam, é preciso que os alunos tenham abertura, autonomia para com o trabalho a

ser desenvolvido e, principalmente é preciso que a EF esteja presente como componente obrigatório no currículo escolar para essa etapa de ensino.

A EF continua inserida na área de Linguagens e suas Tecnologias, no sentido de que “a corporeidade e a motricidade são também compreendidas como atos de linguagem” (BRASIL, 2018 p. 475). São definidas 7 (sete) competências específicas para a área, das quais, pode-se dizer que 3 (três) delas abarcam a EF: a primeira “compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas corporais”; a terceira “utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais)” e; a quinta “compreender os múltiplos aspectos que envolvem a produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento”, ao ponto que apresentam em suas entrelinhas a alusão à cultura corporal do movimento (BRASIL, 2018, p. 481-482).

Ao que tange às habilidades gerais da BNCC, ainda para a área de Linguagens, pode-se afirmar que a EF pode ser encontrada na proposição: EM13LGG501 “Selecionar e utilizar movimentos corporais de forma consciente e intencional para interagir socialmente em práticas da cultura corporal”, EM13LGG502 “na apreciação e produção das práticas da cultura corporal de movimento” e EM13LGG503 “Praticar, significar e valorizar a cultura corporal de movimento” (BRASIL, 2018, p. 487).

Sua proposta se resume em propor a experimentação das práticas da EF, com o objetivo de fazer com que os jovens sejam capazes de se movimentar com diferentes intencionalidades a partir de suas experiências e através da cultura corporal do movimento. “A cultura corporal de movimento é entendida como o conjunto de práticas culturais em que os movimentos são os mediadores do conteúdo simbólico e significante de diferentes grupos sociais” (BRASIL, 2018, p. 475).

Para o EM, a BNCC ainda propõe uma EF pautada na comunicação, na interação e na expressão das emoções, na resolução de conflitos e na aprendizagem contínua. A etapa de ensino está centrada na inserção do indivíduo no mercado de trabalho, fazendo desenvolver-se e apoiar-se na construção do projeto de vida individual de jovem, além de fazer com que eles reconheçam seus potenciais, suas vocações e as possibilidades do mundo para as pessoas e os cidadãos. Corroborando com isso, a BNCC se baseia nas quatro dimensões estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs): o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, para a formação integral do estudante. Nesse sentido, a EF “pode transformar o modo como os estudantes lidam com o universo e seus próprios corpos” (MARTINELLI *et al.*, 2016, p. 89), isso no sentido crítico, criativo e autônomo do desenvolvimento do jovem inserido no EM.

Para se fazer cumprir essas considerações, a BNCC ainda elabora quatro eixos de formação – Pensamento crítico e projeto de vida; Intervenção no mundo natural e social; Letramentos e capacidade de aprender e; Solidariedade e sociabilidade – e, cinco temas integradores – Economia, educação financeira e sustentabilidade; Culturas africanas e indígenas; Culturas digitais e

computação; Direitos humanos e cidadania; Educação ambiental – que notadamente, seriam pertinentes no sentido de haver uma certa articulação entre o EM e a Educação Profissional Tecnológica, assim poderia “contribuir para a contextualização dos conhecimentos desenvolvidos nessa fase de ensino e para a aproximação do estudante com o mundo do trabalho, materializando assim o trabalho como princípio educativo” (MARTINELI *et al.*, 2016, p. 89).

Corroborando com os eixos propostos pela BNCC, a Resolução nº 3/2018, que atualiza as DCNEM, apresenta que sejam utilizados os princípios gerais, além desses, orientar-se também por princípios específicos⁴. Esses, notadamente, orientam a formação do currículo para cada unidade de ensino e o Ensino Médio, como um todo, organizou-se a partir de formação integral; formação geral básica; itinerários formativos; unidades curriculares; arranjo curricular; competências; habilidades; diversificação; sistemas de ensino; redes de ensino;

Art. 11. A formação geral básica é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. [...] § 4º Devem ser contemplados, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de: [...] V - educação física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei (BRASIL, 2018, p. 6).

Dessa forma, e depois de infinitas assembleias, reuniões e encontros com interessados, o Novo Ensino Médio passa a vigorar a partir do ano de 2022, embora algumas unidades de ensino já tenham adotado a proposta no ano de 2021. Em resumo, pode-se dizer que essa etapa de ensino, agora foi distribuída em parte comum e parte flexível, com a seguinte proposta:

Ainda é prematuro, mas já está em vigência em todos os estados brasileiros, funcionando inicialmente, em 2022, nas primeiras séries, com 800 horas de formação básica e 200 horas de itinerários formativos; em 2023, introduz-se também nas segundas séries, porém com a carga horária distribuída em 600 horas de formação básica e 400 horas de itinerários formativos; e, finalmente em 2024, a atualização chega às terceiras séries, com 400 horas de formação básica e 600 horas de itinerários formativos.

Ao que tange à EF no EM, é preciso ir mais a fundo na distribuição da carga horária, já que a referida disciplina continua sendo obrigatória e inserida na área de Linguagens. Embora haja a

⁴ Para saber mais sobre princípios gerais, buscar o Art. 206 da Constituição Federal e no art.3º da LDB/1996; sobre os específicos, aprofundar na leitura da Resolução CNE/CEB 3/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018, Seção 1, pp. 21-24.

valorização das competências e habilidades ao invés dos conteúdos específicos de cada componente curricular, na parte comum da formação geral básica, a EF deve ser trabalhada em sua totalidade. Além disso, pode estar, também, inserida nos itinerários formativos, com a aplicabilidade e desenvolvimento de projetos de aprofundamento, já que o intuito desses é aprofundar e ampliar aprendizagens, consolidar a formação integral, promover valores universais e desenvolver habilidades.

Sobre a área de Linguagens, pode-se acrescentar que sua prática deve desenvolver-se com “atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos”, indissociáveis da proposta para uma mudança qualitativa (BRANDL, 2001, p. 83).

Muito antes da BNCC e da inserção desta nova proposta para o EM os PCNs já elucidavam em suas entrelinhas a estruturação da etapa de ensino e ainda, as delimitações para o componente curricular EF. Nesse sentido, Brandl (2001) deixa claro que os PCNs serviram de documento orientador para os professores e para os estabelecimentos e ensino no intuito de aproximar o aluno das aulas lúdicas, educativas e contributivas para o aprofundamento dos conhecimentos na área.

Notadamente, esse mesmo assunto ainda está em discussão, visto que com os novos parâmetros estabelecidos pela LDB, pelos PCNs, pelas DCNs e pela BNCC

[...] operou-se uma flexibilização no currículo e alguns componentes curriculares perderam o status de componente curricular obrigatório, dentre eles, a educação física. Considerando a liberdade que as redes terão para compor e formular os currículos do ensino médio, a presença e os rumos da educação física nesse nível de ensino precisam ser mais bem esclarecidos (BELTRÃO; TAFFAREL; TEIXEIRA, 2020, p. 657).

Nesse sentido, acredita-se que ao perder a posição de componente curricular obrigatório no EM a EF acaba perdendo seu espaço, assim como passa-se a regredir acerca de todo o trabalho de luta pela sua constituição, histórica e cultural. Mesmo assim, se a proposta é dar continuidade ao que foi proposto nos documentos que regem a Educação brasileira, cabe aos envolvidos, apresentar propostas que firmem um currículo de qualidade e comprovem que a não obrigatoriedade de certos componentes curriculares não afetará a aprendizagem e a formação do estudante de EM.

E, mais... é preciso que se mostre como esse currículo deve ser desenvolvido no âmbito escolar, já que muitas incertezas ainda se sobressaem. Quanto à EF, acredita-se na sua importância e relevância no meio dos componentes curriculares obrigatórios, uma vez que ela tem potencial para contribuir com a percepção e consciência corporal, além de ser de fundamental importância no desenvolvimento social e cultural, no que tange às relações que se estabelecem através da prática. Nesse caso, cabe ressaltar que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores de EF

podem alcançar universos distintos, podem fazer com que todos, sem distinção, possam usufruir de discussões e reflexões tão pertinentes no contexto atual, como o que se expõe pela mídia, como o que os jovens têm vivenciado no cerne de suas famílias e, principalmente corroborar com o processo constitutivo das relações que envolvem as práticas da disciplina na escola, a fim de fazer com que os indivíduos se tornem críticos quanto ao que vivem e o que pretendem alcançar na sua trajetória de vida e formação.

Na medida que tudo isso vai se concretizando nas escolas, mais se observa a importância do componente curricular nesta etapa de ensino, já que a EF pode contribuir para a formação pessoal e profissional dos indivíduos a partir do que ela tem a oferecer na escola, sua parcela de contribuição está na construção da sociedade e da escola democrática, como mostra Santin (2001) citado por Furtado (2002, p. 52) “existe uma multiplicidade de alternativas, que fazem da EF uma disciplina privilegiada no contexto escolar, com possibilidades de intervenção efetivas na busca por uma nova sociedade e uma nova escola”.

Tentando aprofundar no significado da EF para o EM, transcorreu-se, a partir desse ponto, sobre a nova reconfiguração dessa etapa e a sua relação com a trajetória histórica e cultural do componente curricular.

OS TRAÇOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A RELAÇÃO COM A RECONFIGURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Diante da busca bibliográfica sobre os descritores, foi possível encontrar delimitações categóricas para a discussão, como se apresenta na Tabela 1. Todavia, como a proposta remete a compreender o impacto dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da EF no âmbito escolar, optou-se por apresentar o tempo histórico determinado pelos autores como unidades de análise, juntamente com a discussão que remete aos traços históricos e culturais da EF à luz do período determinado e, no que tange à etapa do EM.

Tabela 1 - Delimitação categórica dos traços históricos e culturais da EF no EM

Período	Traços Históricos	Educação Física	Traços Culturais
Brasil Colônia 1500-1822	Descobrimto do Brasil; povoado pelos Índios; Período Escravocrata	Elementos de cunho natural, utilitário, guerreiro, recreativo e religioso	Cultura primitiva Indígena Africana (Capoeira)
Brasil Império 1823-1889	Educação Moral Reformas Educacionais: Couto Ferraz; Rui Barbosa	Educação Física e Moral dos Meninos; Ginástica na Escola; Educação Física das elites e classes trabalhadoras	Divisão de gênero Formação da juventude Valorização dos professores
Brasil República 1890-1946	Getúlio Vargas; Revolução de 1930 Rui Barbosa e Fernando	Ginástica obrigatória na escola; Formação militar; Métodos ginásticos;	Política; homem obediente, submisso e acrítico;

		de Azevedo	Pensamento médico e higienista; Perspectivas para a EF escola	Corpo perfeito; Ginástica para mulheres Juventude
Brasil Contemporâneo	1947-1980	Pós 2ª Guerra Mundial; Estado Novo; Regime Militar; Gustavo Capanema	Continua EF gímnica e calistênica; Início do Esportivismo; Moral e Cívica;	Competição, rendimento, resultados, aptidão física, adestramento, civismo.
Brasil Atual ⁵	1980-2009	Redemocratização Política; Novas Perspectivas para a Educação	Oposição ao proposto no período anterior; Novas concepções para o ensino da EF na escola	Humanizar Valorização da cultura
	2010-2022	Reforma do Ensino Médio; BNCC; Crise Sanitária	EF deixa de ser obrigatória no EM	Mercado de trabalho Profissionalização

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos escritos de Castellani Filho (1988) e Soares (2004).

Trata-se, a partir deste ponto, de relacionar os traços históricos e culturais da EF e seus impactos na atualidade. De pronto, pode-se confirmar que tal área sofreu grandes transformações durante sua trajetória histórica, é notório que os aspectos políticos e culturais influenciaram na constituição da EF como componente curricular no âmbito escolar. Mas, dentre todas as modificações e percalços pelo seu caminho, o que preocupa tem sido os impactos dessa historicidade no atual cenário da EF no Brasil, principalmente no que tange à etapa do EM.

Nesse sentido, delimitou-se na Tabela 1 as categorias de destaque para essa discussão, advindas de cada período e as maiores transformações na EF. Essas categorias nortearam a apresentação dos impactos advindos dos traços históricos e culturais para a reconfiguração do EM. O conjunto de categorias a serem analisados partiu da delimitação temporal representada pelos períodos: Brasil Colônia, Império, República, Contemporâneo e Atual, que foram distribuídos cronologicamente com o intuito de apresentar o reagrupamento que surgiu a partir dos objetivos propostos e afinidades temáticas, sendo eles: traços históricos, traços culturais e Educação Física.

Inicialmente, no período do Brasil Colônia, pode-se dizer que não há uma caracterização do seria a EF no EM, muito embora, acredita-se na importância histórica e cultural dos povos indígenas e os africanos para o desenvolvimento e surgimento de algumas atividades físicas e esportivas, assim como as danças, os rituais religiosos, as brincadeiras e jogos, a capoeira, dentre outros.

Já no Brasil Império, iniciaram as primeiras reformas educacionais que inseriram em seu contexto a EF e a sua presença no EM, ainda entendidos, respectivamente, como Ginástica e Ginásio. A EF na época, caracterizava-se com aspectos médico e militar, que sofreu influências da ginástica sueca, com desenvolvimento anátomo-fisiológico. Na escola não teve grande significado, mesmo os exercícios físicos sendo inseridos nas Escolas Militares. Foi a Reforma de Couto Ferraz

⁵ Optou-se por utilizar essa denominação (criada pela autora) para que se possa vislumbrar o atual cenário da Educação Física no Ensino Médio após os primeiros rastros da BNCC, em uma discussão mais específica do período.

que inseriu a EF na escola e fez com que as escolas privilegiassem a base da anatomia e fisiologia no seu interior. Culturalmente, as aulas com proposta higiênica, eugênica e moral eram ministradas para a elite com o objetivo de auxiliar às famílias com questões de saúde, higiene e os cuidados com o corpo. Outro traço cultural significativo está nas aulas ministradas apenas para os meninos, já que deveriam ser preparados para as guerras, deveriam ser homens fortes e saudáveis, as mulheres somente foram inseridas mais tarde, com a Reforma de Rui Barbosa, porém, sem obrigatoriedade, tinham a opção de praticar ou não as atividades desenvolvidas nas aulas.

Nas mais distintas aulas, foi perceptível a utilização da força física, do corpo biológico, da anatomia, da fisiologia e dos hábitos de higiene para a constituição da EF. Na verdade, trata-se da ginástica a partir de 4 partes, de acordo com sua finalidade: a) Ginástica pedagógica ou educativa; b) Ginástica militar; c) Ginástica médica e ortopédica; d) Ginástica estética. Concomitantemente, a aula desenvolvia-se com exercício de ordem; Exercícios de pernas ou movimentos preparatórios formando uma pequena série (Essa série se decompõe assim: movimentos de perna, cabeça, de extensão dos braços, do tronco para frente e para trás, laterais do tronco, outros de pernas); Extensão da coluna vertebral, suspensões simples e fáceis, equilíbrio, passo ginástico ou marcha; Movimentos dos músculos dorsais, dos músculos abdominais, laterais do tronco, das pernas; Suspensões mais intensas; Marchas e movimentos de pernas mais rápidos e movimentos respiratórios (SOARES, 2004).

Além disso, outro detalhe interessante no desenvolvimento das aulas de ginástica está na prática excepcional para meninos separadamente das meninas, elas a praticavam as segundas, quartas e sextas-feiras, eles nos sábados, terças e quintas-feiras, se tornaram tão atrativas que passaram a ser recomendação médica e a receber cada vez mais pessoas da elite brasileira (MOREIRA, 2019).

Nesse período, foi proposto por Rui Barbosa, agora Ensino Secundário, a prática da ginástica como componente obrigatório, para ambos os sexos, destacou também, a função dos professores de EF, que agora deveriam ser reconhecidos, igualmente às outras disciplinas. Houve também a defesa da Ginástica como elemento indispensável para formação integral da juventude.

Nesse sentido, pode-se dizer que a base anátomo-fisiológica e os exercícios ginásticos com e sem aparelhos fizeram, por muito tempo, parte dos conteúdos da EF, tanto é que, a partir dos PCNs de 1998, a EF adotou eixos temáticos: o conhecimento sobre o corpo, que relaciona-se aos aspectos biológicos, anatômicos, fisiológicos e higiênicos dos conteúdos, as atividades rítmicas e expressivas são aquelas que combinam ritmo e música, como as danças e as ginásticas – trata-se da maior abrangência cultural implantada nos conteúdos da EF, por inserir o contexto cultural regional e local nas práticas – , Ginástica, jogos, lutas e esportes, estes seriam aplicados para além da vivência, teriam ainda a abrangência no contexto social, estético e econômico presente nas culturas mundiais.

Acredita-se que os eixos temáticos foram criados a partir da historicidade que a EF construiu ao longo dos anos. É perceptível, a inserção dos traços históricos na constituição dos conteúdos para o EM, tanto os advindos do Brasil Colônia (indígenas e africanos), como os apresentados até agora, do período Brasil Império (bases anátomo-fisiológica, movimentos ginásticos com ênfase nos corpos perfeitos).

Partindo daí, adentra-se ao contexto do Brasil República, marcado por uma EF inspirada nos métodos europeus, ainda com princípios biológicos, mas também com a inserção de uma discussão ainda maior sobre a ginástica para mulheres, no sentido de que elas precisavam ser preparadas para a maternidade. As aulas ministradas por professores, ainda de características militares, trabalhavam em conjunto com médicos. Trariam para a EF no EM uma espécie de adestramento físico para os homens, com o intuito de produzir homens fortes e saudáveis. Além disso, com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, a EF adotou um papel duplo de ensino cívico e de promoção da juventude com professores sem a necessidade de formação específica na área, bastava ser um ex-praticante de determinadas atividades esportivas. Enfim, a proposta do período para a EF no EM estava voltada à construção de homens com corpos perfeitos, guerreiros e, mulheres saudáveis para a reprodução.

Do período, pode-se dizer que, esse adestramento físico e o ensino cívico esteja voltando aos novos tempos para a EF. É notório que as leis que regem o NEM estão propondo que a disciplina não seja mais um componente curricular obrigatório, mas que o aluno, no EM, desenvolva características peculiares para o mercado de trabalho, o que importa é que sejam saudáveis, que entendam a importância das atividades físicas para a saúde e qualidade de vida, mas, todavia, não cabe a escola o papel de oferecê-la. Fica claro, a partir dos escritos da BNCC (BRASIL, 2018) que não se trata mais da EF e sim da área de Linguagens e essa, por sua vez, deve focar,

[...] na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias (BRASIL, 2018, p. 470).

Se utilizava de exercícios específicos para meninos e meninas, atualmente não se apresenta tal distinção, entretanto, o que se propõe é a conjunção das disciplinas por áreas do conhecimento, não se dá destaque às especificidades da EF, nem suas competências e habilidades. Trata-se apenas da apresentação do que compete à área de Linguagens e suas Tecnologias, como componentes curriculares somente dão ênfase à Língua Portuguesa e à Matemática, que se tornam obrigatórios nos três anos do EM.

Pode-se dizer, contudo, que os conteúdos específicos da EF, que por muito tempo fizeram parte de um currículo, agora é deixado de lado para que se apresente o fortalecimento das relações entre as disciplinas e a “sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino” (BRASIL, 2018, p. 32).

No período do Brasil Contemporâneo, então, a principal vertente está no esportivização, também conhecido como tecnicismo e tradicional. O esporte passou a ser prioridade na EF Escolar, como uma vertente tecnicista, que levaria a produção de mão de obra para o trabalho, fazendo com que os corpos fossem mais ágeis e capacitados gerando mais lucros a economia do Brasil. Mais tarde, com a promulgação da LDB, Lei 9.394/1996, a EF torna-se componente curricular obrigatório no EM, seus conteúdos passam a ser vistos a partir de outras vertentes, os professores passam a pesquisar e adotar métodos diferentes de ensinar, apropriam-se do termo cultura corporal do movimento, a fim de abranger maior número de conteúdos para o campo, e assim conseguir mostrar o seu valor no âmbito escolar.

A partir de 1980, no período Brasil Atual, passou-se a considerar a cultura local, a regionalidade, a historicidade social, todos os aspectos humanos para a inserção da EF no EM, tratou-se de inserir, nos anos 2000, uma proposta que abarcava as especificidades de cada região, a fim de melhor trabalhar os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais nos alunos. A ciência evoluiu, as pesquisas comprovaram que novas abordagens para o ensino da EF poderiam mudar a visão histórica que foi incorporada desde sempre, produziu-se novas metodologias de ensino e cada uma a sua maneira, contribui de alguma forma para uma EF mais humanista, valorizando, principalmente as culturas e os sentidos e significados inseridos na prática de atividades físicas e esportivas. Os conteúdos foram realocados, no sentido de alinhar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental para a vivência e as experiências que se integrariam no EM.

Acrescenta-se que, atualmente, o EM está centrado na inserção do indivíduo no mercado de trabalho, fazendo desenvolver-se e apoiar-se na construção do projeto de vida individual de jovem, além de fazer com que eles reconheçam seus potenciais, suas vocações e as possibilidades do mundo para as pessoas e os cidadãos. Corroborando com isso, a BNCC se baseia nas quatro dimensões estabelecidas nas DCNEM: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, para a formação integral do estudante (MARTINELLI *et al.*, 2016). Além disso, cabe ressaltar que a BNCC

[...] contém em si a dimensão para o prosseguimento de estudos e, como tal, deve encaminhar no sentido de que a construção de competências e habilidades básicas seja o objetivo do processo de aprendizagem e não o acúmulo de esquemas resolutivos preestabelecidos. A base nacional comum traz em si a dimensão de preparação para o trabalho. Esta educação geral que permite buscar informações, gerar informações, usá-las para solucionar problemas concretos de bens ou na

gestão e prestação de serviços, é preparação básica para o trabalho. Na verdade, qualquer competência requerida no exercício profissional, é um afinamento das competências básicas. Esta educação geral permite a construção de competências que se manifestarão em habilidades básicas, técnicas ou de gestão. A parte diversificada do currículo complementa a base nacional comum e será definida em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar (BRANDL, 2001, p. 83).

Ao levar em consideração a nova reconfiguração do EM, pode-se afirmar que os traços históricos podem também estar presentes, já que em análise aos documentos legais que orientando a implantação do currículo propõe uma EF pautada em considerações superficiais, fazendo com que ela perca todo sentido que há anos tem sido buscado pelos maiores estudiosos da área. Notadamente, o que se destaca para a área nas diretrizes, na atualização da LDB e na BNCC, não passa, simplesmente de contemplá-la como estudos e práticas e não mais uma área do conhecimento de cunho obrigatório, como fica claro na Resolução nº 3/2018 e na BNCC, 3ª versão (BRASIL, 2018) “ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física” e “devem ser contemplados, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de [...] educação física” (BRASIL, 2017, p. 2; BRASIL, 2018, p. 6).

Nesses novos tempos, o que seria apenas a promulgação do NEM, passaria por percalços no meio do caminho, a proposta de concretização confirmada para 2018, não aconteceria devido as inúmeras discussões políticas que ainda estariam por vir, novas consultas públicas foram instauradas, e o início do NEM, acabou atrasando. Todos os olhares se voltaram, então, para o ano de 2020, agora sim, chegara a hora. Mas, após grandes crises que o país vem sofrendo, como os grandes debates políticos envolvendo a Educação e o EM, como a crise sanitária (COVID-19) que se instaurou no país desde o ano de 2020.

Além disso, pode-se considerar alguns pontos para a discussão: qual seria a especificidade da Educação Física no Ensino Médio nesse formato? O que os alunos pensam sobre o componente curricular? Será que as novas propostas abarcam a aprendizagem do aluno como centralidade?

Na realidade, se atentar para essas interrogações faz-se navegar pelos debates do NEM, tanto que a EF do início do século XX voltaria a fazer parte das instituições escolares, em que a técnica e a tática, o cuidado com o corpo e mente, tomariam frente, novamente e, o sentido crítico tanto debatido da disciplina sairia de cena (BUNSGENSTAB; LAZZAROTTI FILHO, 2017).

Para além disso, os alunos que tanto admiram as práticas advindas do componente curricular, não têm mais a EF obrigatória, tendo que se envolver com outros componentes que, supostamente, incluiriam estudos da área em outros componentes ou ofertados via área do conhecimento.

Em relação a essa nova proposta curricular para o EM, as consequências virão tanto para os alunos como para os professores.

Em consequência, os jovens terão o direito de acesso negado a diversas significações sociais produzidas pela humanidade no âmbito das atividades da cultura corporal. Já em relação aos professores de educação física, com a contração do campo de atuação escolar, se configuram como possibilidades a atuação em mais de uma escola para compensar essa perda, a necessidade de assumir outras disciplinas para complementar carga horária, a diminuição de suas horas de trabalho ou até mesmo a dispensa, dependendo do regime de contratação e da política estabelecida pela rede de ensino (BELTRÃO; TAFFAREL; TEIXEIRA, 2020, p. 661).

Além disso, para o professor fica ainda pior, já que não se exige a especialidade para a EF, basta que tenha algum conhecimento acerca das práticas do componente, dando total abertura para que o currículo seja organizado de diferentes formas com a centralidade na área do conhecimento. Nesse sentido, Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020, p. 662) mostram que, caso

[...] o ensino da educação física fique a cargo de um professor generalista da área, ou ainda quando os estudos e práticas da educação física ficarem incluídos dentro de outro componente curricular, poderão ser observados prejuízos na formação dos estudantes, já que a abordagem superficial ou a negligência dos conteúdos da cultura corporal são as consequências mais prováveis com a subsunção deste componente curricular.

Enfim, para os defensores desse currículo, cabe ao professor de EF se adaptar à nova realidade, aulas sendo ministradas com o intuito de tornar o aluno protagonista da sua própria aprendizagem, a distância em formato remoto, com o uso dos mais diferentes meios eletrônicos e com o distanciamento social, ou simplesmente, deixar que outros professores de outras áreas do conhecimento o façam.

Notadamente, muita coisa mudou... é possível dizer que os traços históricos provindos de tudo que os profissionais construíram para o campo da EF, agora passa pelas mais novas transformações, o que deixa muita gente sem saber quais serão os rumos para os professores e as professoras de EF inseridos no EM da Educação Básica. Não há a obrigatoriedade e agora tem que desenvolver Itinerários Formativos opcionais, à escolha do aluno. Cabe ao aluno e à aluna escolherem os seus interesses e, senão, se remete à área de linguagens ou qualquer outro itinerário que esteja voltado às práticas corporais e/ou esportivas, não terão a possibilidade de vivenciar e experienciar o que a EF tem a oferecer.

Os traços culturais que foram abarcados a partir dos mais diferentes métodos de ensino, dos mais diferentes países, buscando uma EF capaz de mudar o mundo tem, nesse momento, a função de entender que não é importante para a sociedade. Talvez, a proposta, de acordo com novos governantes que o Brasil adotou seria voltar à formação militar, formar guerreiros, formar corpos perfeitos, já que o que se ouve são críticas ao lado humano da educação e o que se propõe, cada vez mais é a construção de Escolas Militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os achados dessa discussão, acredita-se que os documentos que norteiam o NEM não sofreram impactos diretos dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da EF. Sob observação rigorosa, pode-se afirmar que os traços históricos da EF foram importantes para a constituição do campo, todavia, o que se adotou da história para os dias atuais, ou seja, o que pode ter impactado na perspectiva do NEM está na relação de trabalho, que, embora os anos passem e as transformações sociais e culturais aconteçam gradativamente, o mercado de trabalho, a mão de obra, a luta de classes e as condições da mulher, por exemplo, continuam nas lutas e sendo pautas diárias.

Os documentos que regem o NEM continuam priorizando o aprofundamento em áreas específicas a fim de alcançar melhores profissionais para o mercado de trabalho, visando a rentabilidade e a economia do país. Em diferentes momentos, percebeu-se que os traços culturais foram importantes para o que se construiu até agora, muito embora seja visível, pelo menos até 2018, que a humanidade e a qualidade de vida dos indivíduos importavam. Foi possível apreender, contudo, que a reconfiguração do EM, na atual legislação e nos atuais documentos norteadores, sofreu impacto dos traços constitutivos históricos e culturais do campo da EF no âmbito escolar.

Os principais traços históricos da EF mostram o significado das práticas voltadas ao treinamento, à construção de corpos perfeitos e ao esporte como objeto primeiro da EF. Os traços culturais de destaque estão na forma como colocavam as práticas corporais para mulheres e para os homens, como se valorizava o corpo saudável das elites e como se priorizava os mais fortes e perfeitos.

Tudo isso remete-se às diferentes formas de como a EF iniciou nas escolas e a forma como se concretiza atualmente. Pode-se dizer que a importância da EF na escola, principalmente no EM, é a mesma daquela que iniciou no Brasil Império, capaz de não ser significativa para a construção pessoal e profissional do indivíduo em formação, sendo assim, importante apenas àqueles que têm condições financeiras de pagar por ela.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, J. A.; TEIXEIRA, D. R.; TAFFAREL, C. N. Z. A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020.

BRANDL, Carmem Elisa Henn. O novo ensino médio e a educação física. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 3, n. 2, p. 79-88, 2001.

- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação: **Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª versão revista. Ministério da Educação. Abril de 2016. 652 p.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. 600 p. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versão_final_site.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB 3/2018**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018a, Seção 1, pp. 21-24. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988, 225p.
- CORREIA, W. R. **Educação Física no ensino médio: questões impertinentes**. 2. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2011. 183p.
- DARIDO, S. C. Os conteúdos da educação física na escola. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 64-79, 2005.
- DARIDO, S. C.; SANCHES NETO, L. O contexto da Educação Física na Escola. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 64-79, 2005.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 64-79, 2005.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005. 79p.
- FURTADO, I. W. **Contribuições da Educação Física como prática pedagógica na formação de sujeitos autônomos**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos. Programa de Pós-graduação em Educação Física, 2002.
- MARTINELLI, T. A. P. *et al.* A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. In: **Motrivência**, v. 28, n. 48, p. 76-95, 2016.

MELO, V. A.. A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945):a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. *In: Revista Digital* - Buenos Aires, nº 115 - Dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd115/a-educacao-fisica-e-o-estado-novo.htm>. Acesso em: 30 maio 2021.

SANTOS FILHO, A. P. A.; BARROSO, M. C. S.; SAMPAIO, C. G. *History o feducation in Brazil: from the Constitutionof the Federative Republic of 1988 to the Common National Curriculum Base (BNCC)*. *In: Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13667>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 143p.

SOARES, E. R. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. *In: EFDeportes.com. Revista Digital*. Buenos Aires - Ano 17 - nº 169 – jun. de 2012.